

INCURSÕES SOBRE A SOCIOLOGIA POLÍTICA DE MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ E O IDEÁRIO POLÍTICO DOS ANOS 1960

DORA VIANNA VASCONCELLOS¹

1. INTRODUÇÃO

Maria Isaura Pereira de Queiroz despontou nos anos 1950 como uma das primeiras autoras a apresentar uma interpretação sobre o Brasil agrário que tinha como centro o campesinato, seus meios e modos de vida. Ao reconhecer nessa categoria rural – até então esquecida pelo pensamento social brasileiro – uma racionalidade específica, a pesquisadora pretendia fazer uma crítica ao legado dos ensaístas de 1930² (CARVALHO, 2010). Entretanto, esta descoberta também a impediu de aderir ao ideário político prevalecente nos anos 1960, que interpelava diretamente o campesinato e estava marcado sobretudo pelo paradigma marxista, presente tanto nas concepções reformistas quanto nas mais radicais, que defendiam uma mudança disruptiva a curto prazo no campo. Entendendo que a tradição ainda tinha uma função social a cumprir na modernidade, por indicar a forma de incorporação da massa rural mais compatível com a nossa

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: doravasconcellos@ig.com.br

² Refiro-me, em especial, a Gilberto Freyre e Oliveira Vianna.

estrutura social hierárquica e pessoal, a autora rejeitou os projetos modernizantes que elegiam a civilização urbano-ocidental como nosso destino. Tampouco legitimou os projetos que viam uma saída socialista para o Brasil, apesar da presença de relações supostamente não monetárias no campo. Para ela, a sociabilidade brasileira, conformada dentro das parentelas, repetia o modelo familiar oriental, em que o tradicional e o moderno se acomodam. Segundo ela, essa síntese poderia se tornar mais democrática se as propostas de desenvolvimento elegessem os bairros rurais como prioridade. Essa configuração social é vista por Maria Isaura como a estrutura elementar da civilização brasileira, responsável, no plano microsocial, não apenas pelas acomodações sucessivas entre tradicional e moderno, mas por surtos de desenvolvimento locais e regionais – surtos estes que emanavam do campesinato e que eram condizentes com a racionalidade capitalista. Ao assumir essa posição, Maria Isaura se singulariza em relação ao ideário “mudancista” da década de 1960.

O objetivo deste artigo é situar a obra da pesquisadora paulista no cenário político e ideológico da década de 1960, mostrando as divergências que ela tinha com as concepções reformistas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães. A comparação se justifica porque a autora, por não se filiar ao marxismo, não fazia sua análise definindo de antemão um rumo socialista para os brasileiros. Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães produziam uma leitura inspirada pelo paradigma marxista de luta de classes não apenas por acreditarem na relevância teórica desse tipo de abordagem para a interpretação do desenvolvimento do país, mas por desejarem torná-lo numa dinâmica mais efetiva no plano da sociabilidade, impedindo que este paradigma ficasse restrito apenas ao plano das ideias. Maria Isaura julgava que a luta de classes não explicava o modo como a mudança social se dava no Brasil, nem tampouco achava que esse seria o único meio para tornar a sociedade brasileira mais permeável a contestações vindas de “baixo”. A correspondência entre o pensamento de Maria Isaura e o reformismo dos autores aqui citados nasce do fato de que, assim como eles, ela achava que a

conjuntura dos anos 1960 só abria espaço para um movimento de acomodação ao capitalismo, sem que houvesse mudanças abruptas³. A divergência com o reformismo se concentrou na questão de saber que rumo dar às relações pessoais no campo, revelando-se não só nas diferenças de filiação teórica entre esses autores, mas também nos três projetos distintos de incorporação da massa rural à modernidade capitalista. Apesar das diferenças, todos os pensadores aqui citados não legitimavam a necessidade de mudanças estruturais a curto prazo no Brasil, fato que sugere uma possibilidade de ligação entre o pensamento “etapista” comunista e o pensamento conservador de Maria Isaura.

Consideramos que Maria Isaura inaugura uma nova tradição interpretativa que, na conjuntura dos anos 1960, se situava na contracorrente do ideário político vigente. Mas, se trazido para os dias atuais, seu pensamento se presta a explicar muitas das propostas de desenvolvimento do mundo rural que elegem o conceito de agricultura familiar (WANDERLEY, 1994) como representativo de uma força política capaz de abrir um caminho mais democrático para o país, mas que, ao mesmo tempo, o veem como não oposto ao sistema do agronegócio.

Maria Isaura diagnosticava a marginalização crescente da massa rural da ordem econômica e política vigente e reivindicava, por isso, que o desenvolvimento do país deveria seguir nova orientação que não aquela dada pelos países urbano-industriais. A sociologia política da autora, muito apegada à empiria dos fenômenos, contém uma “utopia camponesa”, um projeto de incorporação do campesinato à estrutura social brasileira. Esta utopia revelar-se-á conservadora⁴.

3 A ligação entre Maria Isaura e o reformismo que, no artigo, está referido a Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães, pode ser considerada como indício de que o pensamento conservador e o pensamento “etapista” comunista tinham uma correspondência que pode ter contribuído para o esvaziamento do discurso em favor da reforma agrária como medida massiva de redistribuição de terras.

4 Afirma-se isso por que a utopia camponesa de Maria Isaura valorizava a dinâmica de acomodação entre tradicional e moderno. Consideramos que, de certo modo o ideário “etapista” comunista, representado aqui por Caio Prado Júnior e Alberto

Interessa também confrontar a análise do mundo rural brasileiro feita pela pesquisadora paulista com a ideia de colonialismo interno que Florestan Fernandes sugere. Assim como Maria Isaura, Florestan destaca a relação cidade e campo para se entender o desenvolvimento brasileiro. Mas enquanto a socióloga entendia que cidade e campo se relacionavam segundo uma dialética de complementaridade, Florestan julgava que entre rural e urbano havia vínculos heteronômicos que tornavam essa ligação economicamente desigual. Maria Isaura estaria mais próxima da vertente interpretativa inaugurada por Gilberto Freyre, embora ela fizesse críticas à obra do intelectual de Apipucos.

2. CAIO PRADO JÚNIOR E A TESE DE QUE O CAPITALISMO BRASILEIRO CONTINHA HERANÇA DO ESCRAVISMO

Caio Prado Júnior, preconizando um caminho reformista para o país, julgava que a modernidade brasileira e a inclusão nela da massa rural demandava a eliminação das relações de trabalho pessoais no campo. Para o historiador, as ligações pessoais e afetivas eram uma herança retrógada do escravismo a impedir a constituição plena da economia nacional, restringindo o avanço do capitalismo. As relações extorsivas de trabalho no campo eram reflexo de uma economia de traços ainda coloniais, isto é, que se voltava principalmente para o mercado externo e se asentava numa estrutura fundiária muito concentrada, relegando, com isso, a agricultura de subsistência e a pequena propriedade a segundo plano (PRADO JÚNIOR, 1996). O caráter colonial de nossa produção, que o historiador detectava justamente pela presença de relações pessoais no campo, gerou uma industrialização incapaz de incorporar a população rural, deixando uma enorme quantidade de indivíduos à margem das “inclusões” sociais, políticas e econômicas que supostamente acompanham o processo da modernização capitalista com a instauração do trabalho livre (SANTOS, 2007a).

Passos Guimarães, também legitimava esse processo, ao não defender a necessidade de mudanças abruptas a curto prazo.

Assim como Maria Isaura, Caio Prado Júnior também considerava equivocada o processo de industrialização da economia brasileira, por não levar à inclusão da população rural na ordem social. Os dois autores registravam a presença de relações pessoais e afetivas no campo. Contudo, a socióloga paulista, ao contrário do historiador, ainda via uma positividade no tipo de sociabilidade que o meio rural tradicional proporcionava, ao reconhecer que a existência dos bairros rurais geraria um camponato reivindicativo (QUEIROZ, 1963; 2007). Caio Prado Júnior não apenas negava a existência de camponato no Brasil como também afirmava que as relações de trabalho no campo geravam apatia política da população rural, eram um obstáculo à concretização do capitalismo e ao alargamento de suas bases sociais e políticas. Embora considerasse essas relações mercantis, o historiador afirmava que elas ainda continham resquícios de escravismo, fazendo dos trabalhadores rurais uma massa socialmente indefinida e sem voz ativa. Por isso, para ele, a saída para esses trabalhadores seria um processo de sindicalização que completasse o movimento abolicionista, isto é, que permitisse a proletarianização plena da mão de obra rural e sua transformação em sujeito social combativo (SANTOS, 2007b).

Em Caio Prado Júnior, ao contrário de Maria Isaura, a camada social mais importante do meio rural era constituída por trabalhadores rurais da grande empresa capitalista que se submetiam a relações de trabalhos injustas e ainda marcadas pela dependência pessoal. O historiador argumentava que o trabalhador da grande exploração rural no Brasil nunca foi camponês. A massa trabalhadora rural jamais teria sido o elemento central da produção, no sentido de ser sua dirigente. Em sua opinião, ela sempre esteve inteiramente submetida, na sua atividade produtiva, à direção do proprietário capitalista⁵, o verdadeiro e único ocupante propriamente da terra, o “empresário da produção”. Desse

5 Lembramos que, para Caio Prado Júnior, o Brasil nunca foi feudal. Os grandes proprietários sempre constituíram uma burguesia agrária atrasada, ineficiente e tradicional. As premissas do capitalismo já se achavam presentes na ordem econômica social brasileira, ordem que se organizara em função de atividades essencialmente mercantis e voltadas para o mercado, isto é, para a exportação de produtos tropicais.

modo, o trabalhador da grande lavoura, segundo o historiador, seria uma força de trabalho a serviço do proprietário. Ele não possuiria, por isso, uma ligação efetiva com a terra, já que sua sobrevivência viria não da exploração da terra, mas da remuneração ou compensação que recebia pelos serviços que prestava ao proprietário (PRADO JR., 1981).

Para o historiador, as relações de trabalho no campo, na época colonial, eram determinadas pela natureza agromercantil da grande exploração agrária. Portanto, elas não podiam ser vistas como remanescentes de um suposto feudalismo brasileiro. Considerava que relações de trabalho como parceria, colonato, meação etc. se caracterizavam por uma forma de “locação de serviços” (PRADO JR., 1981, p. 62). Eram relações mercantis que se distinguiam unicamente pela natureza da remuneração recebida. Sustenta que a concentração da propriedade fundiária permitiu, assim, a manutenção de certas formas de escravidão disfarçada, com a imobilização dos trabalhadores por dívidas contraídas com o empregador, baixas condições de emprego e de salário.

O autor asseverava que a consolidação do capitalismo nacional exigia uma reforma agrária que se concentrasse na transformação dessas relações de trabalho e na melhoria das condições de vida do trabalhador. Essa medida deveria atuar direta ou indiretamente sobre as circunstâncias determinantes do equilíbrio no mercado de trabalho. Uma política reformadora devia fazer frente à posição monopolística da grande exploração sob a oferta e as condições de trabalho. Portanto, a reforma agrária não era pensada em termos de uma medida de distribuição de terras, mas como uma medida que, em função da ausência de um campesinato e de um feudalismo, devia se concentrar na mudança das relações de trabalho no campo. Com isso, Caio Prado Júnior defendia a superação das relações pessoais no campo – para ele, vistas como resquícios do escravismo colonial – e a proletarianização completa da massa rural. Este seria um meio de consolidar “um amplo movimento reivindicatório”

que mudasse a orientação da nossa economia do mercado externo para o interno⁶.

O Brasil mais contemporâneo era visto por Caio Prado Júnior como um país que ainda tinha como base a grande exploração agromercantil, com sua produção de gêneros voltada para mercados externos, e relações de trabalho com traços acentuados de escravismo. Por isso, a consolidação do capitalismo impunha uma reforma agrária que não representava qualquer superação de uma pseudoetapa feudal ou semifeudal, nem uma fórmula de passagem ao capitalismo. O sentido dessa medida seria continuar o processo iniciado em 1888, com a abolição do trabalho escravo. Seria uma obra de adaptação da grande exploração rural ao regime de trabalho efetivamente livre, sem traços servis ou escravistas⁷.

O historiador achava que, pelo caráter dependente de nossa economia, vivíamos uma modernização tardia e incompleta. Essa orientação situava o problema do nosso desenvolvimento no consumo, deixando o nosso mercado consumidor enfraquecido, incapaz de engendrar uma industrialização consistente e incorporadora. Esse fato gerava classes economicamente débeis e um campo popular pouco coeso. A modernidade brasileira exigia, por isso, uma reestruturação completa da nossa economia, que permitisse que nossa produção se voltasse para as necessidades

6 As reivindicações dos trabalhadores empregados na grande exploração rural brasileira são noutra sentido que não o fracionamento da base fundiária em que assenta aquela grande exploração: e o da transformação deles, de empregados que são, em pequenos produtores individuais e autônomos. As reivindicações desses trabalhadores são os de “empregados”, que é a sua situação econômica e social. A saber, as reivindicações por melhores condições de trabalho e empregos (PRADO JR., 1981, p. 150).

7 O sentido da evolução e a dinâmica do processo evolutivo da economia agrária brasileira se encontra, portanto, na apuração da relação de emprego, ou seja, a complementação da transição do trabalho escravo para o livre; o que implica e compreende a superação completa e definitiva do miserável estatuto social e econômico do trabalhador rural que herdamos do passado colonial e escravocrata do país, e que se prolonga, sobretudo, nos ínfimos padrões materiais da população trabalhadora do campo. (PRADO JR. 1981, p. 158).

da população do país e desse origem a classes sociais robustas. Por isso, ele prescrevia a necessidade da transição do regime de trabalho escravo, mantido de forma oculta no meio rural para o trabalho livre (SANTOS, 2007b).

Com essa argumentação, Caio Prado Júnior sustentava que o alto grau de extorsão presente nas relações de trabalho no campo produziam uma luta que não seria a mesma do campesinato europeu. A luta dos trabalhadores rurais não seria pela livre ocupação e utilização da terra, mas por melhores condições de trabalho e emprego. A longo prazo, a luta por melhores empregos e salários e a sindicalização organizariam a massa trabalhadora, transformando-a numa população com maior poder de compra e, por isso, com maior capacidade de interferência no curso dos acontecimentos do país. A crença do historiador era de que, com a formação de novas demandas, a economia se redirecionaria automaticamente para o mercado interno. A precariedade da vida produtiva, deixando um enorme contingente populacional desocupado, marginal e vivendo na pobreza, estaria assim resolvida. Desse modo, a ideia de revolução, em Caio Prado Júnior, não girava em torno de uma ação de ruptura, mas de um processo lento e gradual de incorporação e integração do trabalhador rural a partir da economia e do desenvolvimento do mercado interno.

Do mesmo modo que Maria Isaura, Caio Prado Júnior elaborou uma teoria que tinha como principal referência a massa rural e a ideia de que era preciso incorporá-la ao processo produtivo moderno. Ambos não faziam a defesa de uma política de reforma agrária distributiva de terras, tampouco defendiam a ideia de uma revolução social a curto prazo. A discordância maior entre eles surge da classificação que faziam da massa rural. Enquanto Maria Isaura apontava, na década de 1960, a existência de um campesinato numericamente significativo, tendo como necessidade primordial a manutenção da autonomia no trabalho e das relações vicinais, Caio Prado Júnior considerava que

essa massa rural era formada por trabalhadores rurais lutando por melhores empregos e salários.

Essa discordância aparentemente pequena abriga, no entanto, duas previsões distintas em relação ao desenvolvimento do país: a de Maria Isaura levava em consideração a civilização dos bairros rurais e tinha como referência o Oriente (QUEIROZ, 1976); a de Caio Prado Júnior se baseava na ideia da proletarização e na crença de que a sindicalização da massa rural iria aprofundar a democracia, tornando o capitalismo no Brasil mais incorporador, de modo que se pudesse repetir aqui o modelo de modernidade do Ocidente (PRADO JR., 1978).

3. ALBERTO PASSOS GUIMARÃES E A TESE DO FEUDALISMO NO CAMPO

Assim como Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães via negativamente a presença de relações de dependência pessoal no campo. Contudo, considerava-as resquícios de um suposto feudalismo brasileiro que, pela situação colonial, fora forçado a regredir ao escravismo. Sua teoria e sua proposta de intervenção, tal como a do historiador paulista, orquestravam-se em torno da ideia de que, para que o capitalismo avançasse de forma incorporadora, era preciso abolir essas relações de vassalagem.

Todavia, ao contrário de Caio Prado Júnior, o escritor alagoano não negava a existência de um campesinato no Brasil, apenas o considerava um ator político frágil. Sua proposta de ingresso na modernidade era justamente um programa de fortalecimento dessa população rural. Contudo, essa opinião não fez com que ele valorizasse, como Maria Isaura, as relações pessoais – para ela, tão peculiares ao campesinato. Nem tampouco o levou a desconsiderar a importância da proletarização dos trabalhadores rurais da grande empresa, pois, para ele, os trabalhadores rurais eram os atores responsáveis pela condução política do campesinato, levando-o a solucionar a questão agrária, que, para Alberto

Passos Guimarães, referia-se ao problema de concentração de terras. Segundo ele, os conflitos políticos brasileiros podiam ser vistos como conflitos de classes sociais opostas (SANTOS, 2007a).

As conclusões a que chegou Alberto Passos Guimarães (GUIMARÃES, 1981a) o levaram a prever uma revolução agrária de novo tipo no Brasil. A primeira inferência que formulou em seu livro era de que o latifúndio na época colonial tinha um caráter feudal. A terra seria o mais importante meio de produção no período colonial. O autor observava que, assim como acontecera no feudalismo europeu, o modo de produção colonial brasileiro possuía como pilar o monopólio territorial. Essa circunstância deu à classe possuidora domínio sobre a terra e poder de coação econômica e extraeconômica sobre as demais classes sociais. Essas condições se perpetuaram, segundo ele, nas diferentes fases de nossa história, pela permanência do latifúndio como base da estrutura social. A persistência nas relações de trabalho e da coação extraeconômica era vista por ele como a principal consequência negativa do monopólio da terra⁸.

O ponto central da argumentação de Guimarães é que a condição colonial do monopólio feudal da terra acentuava os elementos regressivos do latifundismo brasileiro, deixando mais fortes os vínculos do tipo feudal, como o arbítrio dos donos da terra sobre coisas e pessoas. Ele chamava atenção para o fato de que quando há monopólio feudal da terra em função do mercado

8 Em *As classes perigosas: banditismo rural e urbano* (GUIMARÃES, 1982), Alberto Passos Guimarães complexifica sua argumentação ao enumerar outras consequências negativas da permanência do latifúndio no Brasil. A continuidade do sistema latifundiário teria permitido a perseverança de diferentes formas de arbítrio além daquelas vigentes nas relações pré-capitalistas no campo, constituídas entre agregados, foreiros etc. e latifundiários. Guimarães menciona distintas instituições, como capangagem, banditismo, coronelismo, grilagem de terras, espoliação de posseiros etc., nas quais estaria presente o arbítrio. Relaciona esse fato, inclusive, com a tradição, entre nós, de um sistema de poder que se organiza em torno do compromisso firmado entre o público e privado. Considera que a incorporação do coronelismo ao poder central, iniciada com a Revolução de 1930, revivida em 1964 e reafirmada em 1968, são consequências diretas da manutenção do latifúndio como pilar da nossa estrutura produtiva. Os problemas de subemprego, mão de obra sobrando, inchamento das cidades e pauperismo também estariam diretamente relacionados ao monopólio territorial.

interno, o excedente econômico obtido na produção obriga o latifúndio a incorporar processos técnicos mais adiantados e a adotar formas de trabalho e de produção capitalistas – o latifúndio se converte, com o tempo, em grande propriedade capitalista. A condição colonial impediu que isso acontecesse na colônia portuguesa porque provocava a transferência dos lucros obtidos na produção agrícola para os grandes trustes internacionais compradores. Esse tipo de comercialização, instituído pelos antigos moldes do capital mercantil, descapitalizava o país, limitava o desenvolvimento industrial, comprimia o poder aquisitivo das massas rurais e limitava a expansão do mercado interno.

Por isso, as características feudais e coloniais do latifúndio brasileiro deixaram como herança o modelo de relações extraeconômicas de domínio e de exploração pessoal entre os homens. Ao fazer isso, o monopólio territorial, como principal meio de produção da colônia, impediu que a massa rural se proletarizasse ou se transformasse em proprietária da terra. Por sustentar que essa condição ainda estaria presente na atual forma de propriedade da terra, embora não de maneira pura, o autor defendia a ideia da necessidade de uma reforma do mundo rural que desembocasse na subdivisão da propriedade fundiária. Esta seria a condição necessária para o capitalismo avançar, instaurando a livre concorrência e ampliando a polaridade entre as classes⁹.

A persistência do regime senhorial, de uma subordinação que não prendia o trabalhador ao seu patrão pelo vínculo

9 Ao recapitularmos aquela evolução, desde o ponto em que o sistema latifundiário brasileiro guardava por inteiro seus três caracteres originais – o caráter colonial, o caráter escravista e o caráter feudal –, verificaremos que apenas um deles desapareceu totalmente, e os outros dois alteraram-se parcialmente. Assim, o sistema latifundiário brasileiro atravessou um longo período de desagregação sem deixar de ser o que ainda hoje é – um sistema semicolonial e semifeudal. Embora não seja mais, como era, uma peça do mecanismo da metrópole, mantém-se como um apêndice das grandes potências industriais, para cujos mecanismos destina a quase totalidade de sua produção. E, apesar de não ser mais, como antes, um conjunto de senhorios autônomos, armados de todos os poderes de governo, conserva o mais forte vestígio da essência do medievalismo: o poder de coação extraeconômica, que lhe é conferido pela atual estrutura ultramonopolizadora da terra. (GUIMARÃES, 1981a, p. 164)

empregatício, mas pelo vínculo ao senhorio da terra, teria consolidado uma via autocrática do capitalismo no Brasil¹⁰. Raimundo Santos considera que, embora sublinhasse a existência de um protocampesinato no Brasil, ao reconhecer a posse como forma de luta que consolidava a pequena propriedade, Guimarães parte do pressuposto de que o monopólio feudal colonial da terra fazia da classe camponesa uma classe débil (SANTOS, 2007a). Por sustentar a fragilidade dos protagonistas revolucionários, Guimarães defendia uma via política ou democrática de chegada ao socialismo. Esse encaminhamento o levou a pressupor uma passagem não direta ao socialismo. Primeiro seria necessária uma revolução burguesa em duas etapas, que consolidasse um campesinato forte no Brasil.

A primeira fase da revolução burguesa era de concretização de um governo de caráter nacional e democrático, conduzido por uma coalizão entre as forças populares e a burguesia nacional. A segunda fase correspondia a uma etapa anti-imperialista e antifeudal de consolidação do capitalismo, porém já sob a liderança do proletariado. Segundo Raimundo Santos, em Guimarães, a concretização da revolução burguesa anti-imperialista e antifeudal seria impossível se a primeira fase nacional e democrática da revolução não gerasse uma arregimentação das forças populares e democráticas. A formação de uma verdadeira opinião pública participante do jogo político só seria possível pelo processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. O fortalecimento desse setor das forças populares rurais impulsionaria a primeira fase da revolução burguesa e acabaria por organizar a longo prazo os camponeses, dando condições para a formação de um movimento camponês politicamente expressivo, líder da segunda fase da revolução capitalista centrada na distribuição de terras (SANTOS, 2007a).

10 Nesse sentido, a análise de Alberto Passos Guimarães lembra muito a de Barrington Moore em *Origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno* (MOORE, 1975).

A defesa de uma revolução burguesa em duas etapas está baseada em duas suposições. A primeira é a de que, nos anos 1960, a principal contradição de nossa economia era gerada pela dependência do capital nacional ao mercado externo. A segunda é a de que tínhamos um campesinato débil e recente, que necessitava ser liderado pelos operários rurais.

Deste modo, assim como Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães interpretava negativamente as relações pessoais no campo, preconizando com isso a superação dessas relações por meio de um processo reformista de consolidação do capitalismo que resultasse na polarização de classes. O autor também atribuía uma função política ao processo de proletarianização da mão de obra no campo, embora também reconhecesse a importância do campesinato brasileiro na democratização das relações de trabalho e na consolidação da pequena propriedade. Todavia, essa classe não era vista como força que conduziria a modernização, nem como o principal ator do campo. Guimarães considerava uma força secundária que, sob direção dos trabalhadores rurais, iria fazer a revolução antifeudal, por meio de uma reforma agrária que consolidasse, no futuro, a pequena propriedade camponesa.

4. MARIA ISaura E OS BAIRROS RURAIS

Maria Isaura tinha uma interpretação radicalmente diferente tanto de Caio Prado Júnior como de Alberto Passos Guimarães. Priorizando apenas os fatores internos à nossa economia, a autora não via as relações pessoais no campo como resquícios do nosso colonialismo, nem as encarava como um impeditivo para o incremento do capitalismo no Brasil. Pelo contrário, sustentava, assim como Caio Prado, que a economia brasileira sempre foi capitalista, mas acreditava que nosso desenvolvimento havia sido resultado de uma acomodação entre tradicional e moderno, acomodação não vista como totalmente negativa por permitir a existência de um campesinato no Brasil. Desenvolve essa teoria

baseada na suposição de que os pilares de nossa formação social foram as parentelas¹¹, e os bairros rurais¹². (QUEIROZ 1963; 1978), configurações que reproduziam relações pessoais e que a autorizavam a afirmar que o Brasil possuía a configuração de uma sociedade camponesa (KOSMINSKY, 1999). Essa construção permitiu que a autora visse as relações de dependência pessoal como mitigadas pelo princípio da reciprocidade quando inseridas no contexto dos bairros rurais, e enxergasse os camponeses como a camada mais representativa do mundo rural¹³. Daí a defesa que fez de uma política de valorização dos bairros rurais como medida necessária para a democratização do país (QUEIROZ, 2009).

É importante ressaltar que Maria Isaura via diferença de sentido nas relações sociais da camada subalterna rural quando esta se situava no interior da órbita da grande propriedade ou fora dela. Sua teoria deriva da suposição de que os camponeses independentes, por terem autonomia no trabalho e estarem inseridos

11 A parentela se configura como um conjunto de indivíduos que estabelecem entre si laços de parentesco carnal, espiritual (compadrio) ou de aliança matrimonial. É uma rede de laços sociais pessoais e afetivos que pode ter uma configuração mais igualitária – quando é formada em zonas de sítiantes por bairros rurais – ou mais estratificada – como acontece em zonas de monoculturas.

12 “Cada bairro se compunha de famílias conjugais autônomas, autárquicas, lavrando independente suas roças quando e como queriam, isto é, cada bairro se compunha de sítiantes tais como os havia definido Nice Lecocq Müller; centralizado por uma capela e uma vendinha, servia este núcleo de centro de reunião para a vizinhança dispersa. Configuração igualitária entre a família, de um lado, e de outro lado o arraial, ou a vila, ou a cidadezinha, o bairro apresenta as formas mais elementares de sociabilidade da vida rústica. Relativamente autônomos, não estão no entanto os bairros desgarrados uns dos outros; pelo contrário, congregam-se numa zona e conhecem que assim estão dispostos. Não estão, pois, isolados; integram-se em conjuntos que se alargam em diferentes graus: a) relações dos bairros entre si; b) relações com a região; c) relações com o exterior (isto é, com tudo que ultrapasse a região)” (QUEIROZ, 1973, p. 13).

13 “Enquanto as relações pessoais envolvem a afetividade na determinação do voto, o sistema de dom e contradom implica já o raciocínio, o peso da vantagem e da desvantagem, a escolha, [...] e se apresenta na realidade como uma reciprocidade de favores, como que um contrato tácito entre o cabo eleitoral e os eleitores. Estes oferecem seus votos na expectativa de um favor a ser alcançado, podendo o contrato ser rompido quando uma das partes não cumpre o que dela se espera” (QUEIROZ, 1978, p. 168).

em relações de vizinhança, tinham maior poder de barganha política. Ao mesmo tempo, por enxergar a possibilidade de bilateralidade nas relações pessoais, a autora pode reconhecer o campesinato brasileiro como ator político dotado de uma racionalidade singular e capaz de interferir no curso dos acontecimentos¹⁴. Essa constatação levou-a a valorizar a lógica do dom e contradom veiculada pelos bairros rurais e, ao mesmo tempo, impediu-a de condenar totalmente as relações de dependência pessoal e a estrutura agrária brasileira (QUEIROZ, 1978).

A crença nessa suposta brecha aberta pelo movimento de acomodação entre tradicional e moderno fez a reforma do mundo rural em Maria Isaura não estar referida à questão da propriedade da terra, como acontecia em Alberto Passos, mas sim à inserção do camponês no mercado. Isso fez a autora identificar na relação entre cidade e campo o problema agrário. Estudando a civilização dos bairros rurais, a autora negou o isolamento econômico e social do campesinato brasileiro. Para ela, os sítiantes independentes sempre tiveram uma ligação próxima com as cidades, que para ela, sempre se configuraram como mercados compradores dos produtos de subsistência¹⁵. Por isso, a solução do impasse agrário viria da incorporação dos sítiantes à produção do mercado e não de uma medida de distribuição de terras¹⁶.

14 Maria Isaura reconhece o campesinato como ator político que legitimava o ritmo lento das acomodações e não das rupturas.

15 “Efetivamente os sítiantes estão sempre em relações econômicas com determinada área, ou com determinada cidade, em relação à qual agem como produtores, concorrendo para a sua manutenção, e na qual se abastecem dos produtos que não cultivam ou fabricam. É, pois, através das relações econômicas que se efetua o entrosamento dos bairros numa sociedade global, da qual sempre fazem parte; tal entrosamento desmente as antigas noções de isolamento e de marginalidade, fruto de uma abordagem defeituosa de nossos problemas rurais” (QUEIROZ, 1967, p. 190).

16 O problema crucial é conseguir que os sítiantes – muitas vezes proprietários legais de suas glebas – aumentem o rendimento do trabalho, incorporando-os à produção de mercado com o menor prejuízo para o nível de sua existência, antes conseguindo que este também se eleve. Num país em que as terras devolutas são ainda em quantidade, o que permite a ocupação tranquila de roças por largos anos, não é propriamente na falta de terras que se localiza o âmago do problema. Dois fatores avultam aqui: a

A constatação do não isolamento dos sitiantes levava a autora a afirmar que o que marginalizava um grupo de vizinhança era o desaparecimento das relações sociais construídas em torno da reunião-dispersão periódica entre vizinhos. Esse enfraquecimento estava relacionado à perda de capacidade dos sitiantes, camponeses ou não, de manter sua autonomia no trabalho, isto é, de conseguir subsistir com suas roças, vendendo produtos comerciais ou as sobras das colheita nas regiões circundantes¹⁷. Com isso, ela sustentava ainda que a civilização dos grupos de vizinhança não era refratária ao desenvolvimento tecnológico e ao aprofundamento das relações capitalistas, voltada para o lucro, uma vez que sempre dependeram das atividades de venda e troca de produtos com as cidades.

A pesquisadora afirma, portanto, que “é o equilíbrio do bairro com a região ou com a cidade que determina o seu progresso ou sua decadência, e não os caracteres específicos da região e do bairro” (QUEIROZ, 1978, p. 191). A constatação leva-a a afirmar que a melhor integração dos bairros rurais com suas respectivas regiões circundantes acontecia quando esta se dava por meio de um paralelismo independente, em que a cidade ainda oferecia oportunidades para os sitiantes venderem seus produtos, permitindo que a vida rural tradicional mantivesse um grau de autonomia, isto é, conservasse a independência da empresa familiar conjugal.

O vínculo econômico que unia o bairro rural e região é visto, ao lado da autonomia no trabalho e da dinâmica das relações de vizinhança, como fator importante para a vitalidade da vida

falta de instrução e a falta de financiamento. Para o sitiante que vive em agricultura de subsistência, nenhum financiamento acessível existe (MARCONDES, 1962, p. 36). Por outro lado, não tem ele desenvolvimento mental suficiente para organizar seu trabalho de modo que consiga plantar para o consumo e produzir para vender em quantidade apreciável na feira (QUEIROZ, 1963, p. 68).

17 A autonomia no trabalho era condição básica para a mobilidade dos roceiros. O vaivém dos roceiros no interior de uma região, a frequência às festas religiosas, seu comprometimento com relações de ajuda mútua, como aquelas sustentadas pelo compadrio, garantiria maiores oportunidades de negócios (QUEIROZ, 1963, p. 186).

rural tradicional. Por isso, o momento em que as condições econômicas se transformam e em que as cidades perdem a necessidade do meio rural para seguir sua linha de evolução; em que a subordinação do caboclo ao regime econômico urbano é total, ocorrendo a perda da sua autonomia no trabalho e a transformação de mão de obra permanente em temporária (volante) é visto como a circunstância que desemboca na degradação sociocultural da vida tradicional¹⁸. Portanto, o isolamento e a perda da autonomia no trabalho (proletarização) levavam à destruição da civilização caipira.

Essa constatação demonstra que a autora estava mais preocupada em apontar as condições que permitiam a existência das antigas unidades de produção familiares, da pequena agricultura de abastecimento, do que com o aparecimento de relações impessoais no campo. Ela queria converter as relações pessoais no campo em relações mais permeadas pela lógica do dom e contradom, isto é, mais suscetíveis à barganha política. Essa conversão, em Maria Isaura estava condicionada à existência da civilização dos bairros rurais e à autonomia no trabalho. Isso a levou a considerar que o problema da incorporação do campesinato ao sistema produtivo capitalista estava situado no desequilíbrio da relação entre cidade e campo. Completa Maria Isaura:

Modificando nalguns pontos sua organização, estreitando mais ainda sua cooperação com os vizinhos, instruído de como utilizar novos princípios de programação de suas tarefas rurais e novos produtos a ser cultivados, financiados em suas iniciativas – tudo isso com um mínimo de atrito com a organização antiga, e empregando liderança e comportamentos já existentes –, o sitiante talvez possa conservar sua autonomia de trabalho, a posse de sua terra, quando já é proprietário, elevar seu nível de vida e integrar-se num mercado mais amplo do que as feirinhas locais. Aumentando produção e lucro, incluir-se-á também cada vez mais entre os consumidores, ampliando o mercado interno do país, ainda incipiente, tornando menos prováveis a decadência e os êxodos desastrosos. A simples distribuição da propriedade,

18 Isso é o que teria ocorrido nos bairros de Sertão de Itapeperica. As antigas relações econômicas de complementaridade que uniam esses bairros à região, e que permitiam o equilíbrio da civilização tradicional, foram sendo desfeitas, provocando o ocaso dos bairros rurais naquela região.

nas condições atuais, não terá outro efeito a não ser multiplicar si-tiantes em economia fechada, com seu fadário de paulatino empobre-cido. A sindicalização, para uma população que tudo ignora as leis, que efeito poderá ter? A longo prazo, essa segunda medida terá suas consequências; mas é hoje que os sitiantes do Estado de São Paulo sentem o efeito da ruína, a qual amanhã se estenderá ao resto do país, sacrificando a população agrícola mais numerosa que possuímos, e base de subsistência dos municípios do interior. (QUEIROZ, 1963, p. 71)

Utilizando-se da percepção de dialética de Georges Gurvitch, a autora considerava que a relação entre campo e cidade no Brasil assumiu a forma de uma “dialética de complementaridade”¹⁹. Para ela, essa concepção de dialética também reconhecia que há contradições e ambiguidades entre os termos do binômio, mas apregoava que essas negações não são problemáticas (QUEIROZ, 1978). Há uma valorização na obra de Maria Isaura desse equi-líbrio entre cidade e campo, identificando nele como a situação mais favorável à civilização camponesa. Essa suposição situa a obra da autora mais próxima da vertente inaugurada por Gil-berito Freyre do que aquela que acreditava que entre urbano e rural havia disjunções econômicas graves.

5. A RELAÇÃO ENTRE CIDADE E CAMPO EM FLORESTAN FERNANDES

Há em Florestan (FLORESTAN, 1979), como nos demais autores marxistas aqui citados, uma determinação dos fatores econô-micos externos à economia brasileira sobre os fatores internos. Todos esses autores dão prioridade aos efeitos disso na dinâ-mica interna da sociedade brasileira. Contudo, é Florestan, com seu conceito de colonialismo interno, que reconhece que a con-tradição econômica do país com o mercado externo se transfere

19 Segundo Maria Isaura, Gurvitch considerou que a dialética de complementaridade podia assumir cinco formas: complementaridade dialética, implicação dialética mútua, polarização dialética (ou dialética dos contrários), reciprocidade de perspectivas e am-biguidade de perspectivas. As cinco formas encerram uma negação entre os termos (QUEIROZ, 1978).

para o plano interno na relação entre rural e urbano²⁰. Tanto em Caio Prado Júnior como em Alberto Passos Guimarães, a relevância dos fatores externos é considerada, mas não teorizada a tal ponto que ela seja vista como uma determinação que se reproduza internamente na relação entre nosso campo e nossa cidade. Ambos conseguem identificar os efeitos da dependência apenas nas relações de trabalho, fato que os permite ficar restritos a concepções reformistas, enquanto Florestan legitima a ação fora da ordem e contra ela no seu texto de 1979.

Com esse olhar, Florestan desenvolveu o conceito de colonialismo interno, definindo a relação entre cidade e campo no Brasil em termos radicalmente opostos aos de Maria Isaura. Para ele, a manutenção dos vínculos de subordinação econômica do Brasil em relação às economias centrais após a independência política –, a instauração do trabalho livre e a expansão da economia de mercado especificamente capitalista no país, teriam dado origem a um mercado que reproduzia internamente o mesmo tipo de vinculação de dependência estabelecida entre o Brasil e os países estrangeiros. O capitalismo dependente brasileiro teria dado origem a uma espécie de “colonialismo interno”, fazendo com que o desenvolvimento da cidade resultasse da captação dos excedentes econômicos da economia agrária e impedindo que o campo se beneficiasse dos lucros obtidos com sua própria produção. Segundo Florestan, o colonialismo interno, tributário de uma economia capitalista dependente, impedia que a economia agrária se alterasse substancialmente, mantendo características subcapitalistas identificáveis pela natureza das relações de trabalho no campo e pela presença de agentes econômicos privilegiados, “egoístas”, que se recusavam a promover a aceleração da produção capitalista na economia agrária e a incentivar sua rápida absorção pelo mercado interno (FERNANDES, 1979).

20 Refiro-me especialmente ao texto de 1979 de Florestan, “Anotações sobre capitalismo agrário e mudança social no Brasil”. Não, se no conjunto da sua obra o reconhecimento da determinação dos fatores externos sob o fatores internos à nossa economia se mantém.

O argumento de Florestan baseava-se na suposição de que a subcapitalização da economia agrária neutralizava as potencialidades de ampliação do mercado interno, impedindo que este incorporasse os trabalhadores e que se universalizassem as relações de trabalho capitalistas. Disso decorria a manutenção do caráter pré-capitalista no campo.

Assim como os demais autores aqui citados, o sociólogo não via com bons olhos a presença de relações pessoais no campo. Avaliava que sua vigência revelava que boa parcela da população ainda não gozava dos benefícios de classe que uma ordem social competitiva poderia suscitar. Considerava que a solução para essa situação viria de uma revolução fora da ordem que transformasse os vínculos heteronômicos internos, existentes entre campo e cidade, e externos, originários de nossa ligação desigual com as economias centrais. Ao afirmar isso, situava a questão agrária de uma forma diferente da de Maria Isaura. Para a autora, as relações de vizinhança que emergiam dos bairros rurais e eram legitimadas pela parentela produziam uma positiva síntese entre tradicional e moderno que permitia a existência do campesinato. Essa conjugação singular inaugurada pela civilização camponesa brasileira era vista como um indício de que a oposição entre campo e cidade ainda não tinha assumido uma conotação econômica, estando restrita ainda ao plano dos valores. Essa constatação permitiu que a autora considerasse o tipo de relação entre tradicional e moderno proposto pelos grupos de vizinhança como uma solução “interessante” de acomodação ao capitalismo, porque condizia com a dinâmica que a parentela permitia. Por isso, ao contrário de Florestan, Maria Isaura não acreditava que entre campo e cidade havia uma disjunção heteronômica que demandava como solução um movimento revolucionário de confrontação da ordem, mas um processo lento de acomodação ao capitalismo que se daria dentro da ordem, não pressupondo a suplantação das relações pessoais nem o questionamento da estrutura agrária²¹. Como já se disse, para Maria

21 Há uma lacuna no pensamento de Maria Isaura. Se repararmos bem, todos os autores aqui citados, com exceção de Gilberto Freyre, consideram a questão agrária

Isaura a tradição ainda tinha um papel a cumprir na sociedade brasileira. Por isso, situava o problema agrário na disjunção que se formava entre cidade e campo a partir da década de 1950.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse posicionamento acaba aproximando a autora do legado teórico deixado por Gilberto Freyre. Este autor inaugurou a vertente interpretativa que via aspectos positivos na dinâmica de equilíbrio de antagonismos, por ela gerar uma solidariedade familiar supostamente incorporadora e uma dinâmica civilizacional mista, rurbana, que permitia a existência da figura conciliadora do morador de engenho. Esse ponto de vista também o fez situar o problema agrário no equilíbrio da relação entre cidade e campo (FREYRE 1968; 1982; 2001). Contudo, a socióloga paulista, como discípula de Roger Bastide, prioriza os aspectos tensos de nossa formação, ao eleger a inserção propiciada pelos bairros rurais e não a veiculada pelo dócil morador, como fizera o ensaísta, como a mais apta a propiciar à massa rural uma existência de camada média.

A inserção social representada pelos bairros rurais repetia a dinâmica que Bastide ilustrou através do princípio de cisão próprio do negro africano. Maria Isaura afirma que no conceito de cisão havia uma maior aceitação do conflito como elemento constitutivo de novas sínteses, fato não reconhecido por Gilberto Freyre na sua interpretação do paternalismo brasileiro, por não enxergar a possibilidade de bilateralidade nas relações pessoais no campo (QUEIROZ, 1983). Esse novo aparato teórico utilizado por Maria Isaura permite que ela veja o campesinato brasileiro como ator político formulador de demandas e dono de uma racionalidade própria. Contudo, impede-a de reconhecer nele a mesma combatividade que alguns teóricos como Otávio

como reflexo de uma ligação injusta da economia brasileira com os países centrais. Maria Isaura não faz essa relação. A autora parece se preocupar somente com os fatores internos que estariam provocando o problema agrário.

Ianni viram, ao testemunhar a existência de comunidades rurais no interior do país. Para este autor, “o socialismo tem algo ou mito a ver com a comunidade; (...) o socialismo seria uma forma comunitária de organização de vida e de trabalho” (IANNI, 1986, p. 139).

Ao considerar que o campesinato brasileiro opera segundo a lógica do dom e contradom, Maria Isaura vai contra a opinião de todos os autores marxistas aqui considerados. Para ela, a massa rural, por obedecer a uma racionalidade capitalista derivada da sua sociabilidade, e não do seu comportamento econômico, informava a receita de entrada na modernidade que era possível no contexto brasileiro, ainda marcado pelas parentelas. A ação dessa massa camponesa seria um agir que pedia por uma acomodação ao capitalismo e que prescindia de uma reforma agrária distributivista. Com esse olhar, é possível dizer que Maria Isaura descreve um novo projeto de incorporação da massa rural construído fora dos cânones marxistas, e que se concentra na relação entre cidade e campo. Ao testemunhar que os mecanismos de mudança no Brasil não levavam a movimentos disruptivos, a autora ameniza a sua própria interpretação de que o campesinato seria um autor combativo, e faz sua teoria se situar num lugar mais próximo da vertente interpretativa do equilíbrio de antagonismos inaugurada por Gilberto Freyre. Classifica o agir do campesinato como um agir que não permite a superação da ordem pessoal hierárquica a que demos origem e que torna a sociedade brasileira apenas permeável à barganha política, forma de contestação que não se move, segundo Maria Isaura, pela luta da pequena propriedade como política pública massiva. Ao afirmar isso, Maria Isaura fornece à sua teoria tons conservadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Lucas Correia. Transição e tradição: mundo rústico e mudança social na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, jun. 2010.

FERNANDES, Florestan. Anotações sobre capitalismo agrário e mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Orgs). Vida rural e mudança social. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Sobrados & Mocambos. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1968. 2 v.

_____. Rurbanização: o que é? Recife: Editora Masangana, 1982.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Novos rumos, Rio de Janeiro, edições de 22 a 28/07/60 e de 29/07 a 04/08/60.

_____. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981a.

_____. As classes perigosas. Banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Graal, 1981b.

IANNI, Octávio. A utopia camponesa. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon (Org.). Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Unesp/ Fapesp, 1999.

MOORE, Barrington. Origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

PRADO JÚNIOR, Caio. A formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Bairros rurais paulistas. Separata de: Revista do Museu Paulista, Nova Série, São Paulo, v. XVII, p. 63-208, 1963.

_____. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

_____. O campesinato brasileiro. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

_____. Cultura: sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

_____. (Org). A nostalgia do outro e do alhures: a obra sociológica de Roger Bastide. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Roger Bastide: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

SANTOS, Raimundo. Caio Prado Júnior na cultura política brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, Faperj, 2001.

_____. Agraristas políticos brasileiros. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007a.

_____. (Org.). Caio Prado Júnior: dissertações sobre a revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007b.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Uma categoria rural esquecida: os desafios permanentes da sociologia rural brasileira. Uma homenagem à Maria Isaura Pereira de Queiroz. In: JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 5., 22 a 26 ago. 1994, Marília (SP). Anais... Marília, São Paulo, 1994.

RESUMO

O artigo destaca a dimensão política da obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz mostrando suas divergências com as concepções reformistas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães. Em seu estudo sobre como reagem as populações rústicas ao processo de modernização, a autora também revela uma interpretação particular sobre qual seria a incorporação possível dessas populações na estrutura social brasileira que a deixa mais próxima da vertente interpretativa inaugurada por Gilberto Freyre, e produz uma obra que contribui para a reflexão das condições de reforma do mundo rural.

Palavras chave: pensamento social brasileiro, Sociologia rural, campesinato.

RESUMEN | INCURSIONES EN LA SOCIOLOGIA POLÍTICA DE MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ Y EL IDEARIO DE LOS AÑOS 1960

Este artículo destaca la dimensión política de la obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz, exponiendo su divergencia con las concepciones reformistas de Caio Prado Junior y Alberto Passos Guimarães. En su estudio sobre como las poblaciones rústicas reaccionan al proceso de modernización, la autora también revela una interpretación particular sobre cuál sería la incorporación posible de esas poblaciones en la estructura social brasileña que la deja más próxima de la vertiente interpretativa inaugurada por Gilberto Freyre.

Produce uma obra que contribuye para reflexionar sobre las condiciones de reforma del mundo rural.

Palabras clave: Pensamiento social brasileo, Sociología rural, campesino.

ABSTRACT | INCURSIONS INTO THE POLITICAL SOCIOLOGY OF
MARIA ISAUARA PEREIRA DE QUEIROZ AND THE
IDEOLOGY OF THE YEARS 1960

This article outlines the political dimension of the work of Maria Isabel Pereira de Queiroz, revealing her divergence from the reformist concepts of Caio Prado Junior and Alberto Passos Guimarães. Her study about how rustic populations react to modernization, the author also provides a particular interpretation on how should be the possible incorporation of these populations into the brazilian social structure, what approaches her to the interpretation introduced by Gilberto Freyre. She produces a work that induces to think about the conditions to reform the rural world.

KeyWords: Brazilian Social Thought, Rural Sociology, Peasantry.